



EIXO TEMÁTICO 2 - O MUNICÍPIO COMO LOCAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

MOINHO RIO-GRANDENSE DE PORTO ALEGRE: Um debate sobre a preservação do Patrimônio Agroindustrial do Rio Grande do Sul OLIVEIRA, Kauã Domingues de. (1); DURÁN ROCCA, Luisa (2)

1. Mestrando do Curso de Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPA/UFRGS). Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS)
Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl. 500 - Campus Saúde - Porto Alegre - RS - CEP 90035-007
kauado@gmail.com

2. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAU/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (PPGMusPa/UFRGS). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DA/FAU/UFRGS)
Rua Sarmiento Leite, 320, sl. 412 - Campus Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90050-170
luisa.duran@ufrgs.br

RESUMO

O trabalho integra parte de minha dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS), sob orientação da Professora Dra. Luisa Durán Rocca, sobre uma das mais antigas Agroindústrias do Rio Grande do Sul. Construído em 1916, durante o período inicial do desenvolvimento da indústria gaúcha, o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre se manteve em atividade por quase 90 anos e foi, durante décadas, uma das maiores indústrias produtoras de farinha do Estado. Sua construção trouxe consigo uma série de inovações técnicas e construtivas que, somando-se a sua história centenária fazem dele um importante Patrimônio Industrial do Rio Grande do Sul. Embora figure na lista do Patrimônio Histórico Municipal desde 2004, sua importância enquanto patrimônio regional ainda é pouco discutida dentro dos órgãos de preservação e no meio acadêmico. Assim, objetiva estabelecer e compreender os principais valores do Moinho Rio-Grandense enquanto Patrimônio Industrial, focando especificamente em seus principais aspectos arquitetônicos e construtivos. Apropria enquanto método o trabalho de campo, vistoriando o local e entendendo o edifício como um documento, relacionando-o com a pesquisa bibliográfica e a análise documental de planos, projetos e fotografias presentes no acervo do Arquivo Público Municipal de Porto Alegre e no Centro de Memória Bunge. Os valores apresentados baseiam-se nos preceitos estabelecidos pelas Cartas de Nizhny Tagil (2003) e Dublin (2011), que versam sobre o Patrimônio Industrial. Identifica o Moinho como um elemento primário do desenvolvimento urbano do 4º Distrito, o antigo distrito industrial da cidade, mas sobretudo comprova seu valor como um importante registro material de uma arquitetura tipicamente industrial e representativa do início da industrialização do Estado. Reforça a necessidade de melhor interpretar os valores patrimoniais deste patrimônio edificado e sua importância para a história da indústria local, da cidade de Porto Alegre e da arquitetura do Rio Grande do Sul, visando reverter seu processo de degradação e estabelecendo diretrizes para uma fruição sustentável. Conclui que o desenvolvimento da pesquisa contribui para a consolidação do Moinho Rio-Grandense enquanto patrimônio agroindustrial, por meio de estratégias que evidenciem sua valoração simbólica e o legitimem como referência cultural e identitária do Estado, impedindo assim que o mesmo seja fadado ao desaparecimento.

Palavras-chave: Patrimônio Agroindustrial. Patrimônio Industrial. Patrimônio Edificado. Moinho Riograndense.

1- INTRODUÇÃO

A crescente ampliação do conceito de Patrimônio Histórico, sobretudo nas duas últimas décadas, vem trazendo à luz uma série de edificações, conjuntos e tipologias arquitetônicas antes desprezadas. É o caso do Patrimônio Industrial: testemunhos materiais e imateriais dos processos de industrialização, mas também de uma vasta gama de atividades relacionadas ao trabalho e ao cotidiano “de homens e mulheres comuns” (TICCIH, 2003). São bens culturais que, além do óbvio valor histórico, possui também uma série de valores tecnológicos, sociais, arquitetônicos e científicos a ele associado. O campo da arquitetura aparece como um dos mais produtivos no estudo e na valorização desta categoria de patrimônio, seja pela conexão que esta faz com as diversas questões a ela associada (como técnicas, morfologia e os desdobramentos da forma sobre a paisagem), seja pelo grande potencial de ressignificação e adaptabilidade destas estruturas. Porém, essa sua qualidade de adaptação a novas e diferentes funções, aliadas ao espaço que estas estruturas ocupam quando inseridas em ambientes urbanos, acabam também se configurando como um dos principais perigos à que este patrimônio está exposto, uma vez que estão “sob constante ameaça pela sua obsolescência funcional, pelo crescimento das cidades e pela pressão especulativa imobiliária” (KÜHL, 2018, p. 38). Por questões como essas que identificar, estudar e valorizar antigos elementos industriais em situação de obsolescência, risco e/ou abandono tornam-se tarefas fundamentais para uma preservação efetiva do Patrimônio Industrial local, sobretudo nos grandes centros urbanos.

O Rio Grande do Sul é uma das regiões brasileiras com uma das mais ricas e vastas histórias industriais. O estado foi um dos principais polos industriais durante boa parte da primeira metade do século XX. Seguindo as bases sociais e econômicas estabelecidas durante os séculos XVIII e XIX, e fazendo-se valer de sua de sua larga produção agropecuária, o Rio Grande do Sul destacou-se no ramo da Agroindústria, ou da indústria alimentícia. Tal característica foi fundamental na consolidação de sua posição como “Celeiro do País” (PESAVENTO, 1985, p.49). Entre o final do século XIX e início do século XX surgiram muitas agroindústrias de destaque para o desenvolvimento econômico do estado, mas poucas tiveram a importância, a

dimensão e, principalmente, a longevidade do Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre.

Construído em 1916 pelo industrial luso-brasileiro Albino Cunha, o Moinho Rio-Grandense é uma indústria representativa de dois momentos importantes da história gaúcha: o primeiro e mais óbvio é o início do processo de industrialização do Estado. O segundo é a transferência do centro econômico da província da região Sul para a cidade de Porto Alegre. Albino Cunha havia construído, em 1894 na cidade gaúcha de Rio Grande, “o primeiro grande moinho de trigo, com características manufatureiras e não mais de artesanato doméstico” (PESAVENTO, 1983, p.166). Este primeiro moinho, também chamado de Moinho Rio-Grandense, foi importante por antecipar diversas soluções técnico-construtivas e tecnológicas empregadas no moderno moinho construído em Porto Alegre pouco mais de 20 anos depois. O projeto deste moinho de 1916 foi desenvolvido por técnicos ingleses, apresentando soluções formais e construtivas pouco usuais e, de certa forma, inovadoras para a época. Os moinhos de Albino Cunha tornam-se uma empresa de capital aberto em 1929, expandindo suas atividades para outras localidades do estado e do país. Neste período o Moinho Rio-Grandense torna-se o maior moinho de trigo do Estado, com capacidade de produção diária de 120 toneladas de farinha. Passando por diversas alterações na sua estrutura administrativa e de propriedade ao longo dos anos, o moinho se mantém em atividade até 2003, quando suas operações são transferidas para uma nova fábrica na região metropolitana de Porto Alegre.

Desde 2004 o Moinho Rio-Grandense integra Inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito, sendo legalmente considerado Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre. Isso não impediu, todavia, a destruição quase que total de suas estruturas internas e a perda de boa parte do patrimônio móvel a ele associado, como maquinários e registros de processos produtivos. Sendo assim, este artigo tem por objetivo estabelecer e compreender os principais valores do Moinho Rio-Grandense enquanto Patrimônio Industrial, focando especificamente em seus principais aspectos arquitetônicos e construtivos. Este texto integra parte da minha dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS), sob orientação da Professora Dra. Luisa Durán Rocca e busca valorizar esse importante Patrimônio

Agroindustrial do Rio-Grande do Sul, invisibilizado perante o poder público e sociedade civil, impedindo assim que o mesmo desapareça.

A metodologia utilizada foi o trabalho de campo, vistoriando o local e entendendo o edifício como um documento, o que permitiu fazer relações com a pesquisa bibliográfica, embasada sobretudo na teoria do Restauro de Cesare Brandi (2019) e aos preceitos estabelecidos pela Carta de Nizhny Tagil (2003) e os Princípios de Dublin (2011), que também ajudaram a definir os principais valores patrimoniais do edifício.

2- O Lugar do Moinho Rio-Grandense na arquitetura industrial do Rio Grande do Sul

Há uma certa dualidade no que se refere a construção do Moinho, em 1916. Se por um lado a eclosão da primeira guerra mundial e a consequente escassez de matérias primas serviu como impulso para o desenvolvimento da indústria gaúcha, esta ausência também acabou por limitar a construção do edifício, sobretudo no que se refere a ornamentação.

Há, todavia, uma segunda hipótese, mais empírica, que também encontra bastante fundamento ao analisarmos o histórico e, sobretudo, o contexto ao qual o Moinho Rio-Grandense está inserido. Esta hipótese seria que a funcionalidade de sua forma e a quase total ausência de ornamentação em sua fachada seriam escolhas conscientes de projeto, não apenas uma consequência da falta de materiais importados. Embora o número de grandes obras tenha diminuído na cidade entre os anos de guerra, a construção de prédios de estilo Eclético não cessou, com o decorativismo presente nas fachadas tanto de projeto menores, como casas e pequenos comércios, como em prédios de grande porte. São deste período importantes construções como o prédio do antigo Curso Anexo à Escola Complementar de Porto Alegre, atual Colégio Estadual Paula Soares e ala oeste do antigo Hotel Majestic, atualmente Casa de Cultura Mário Quinta, ambos construídos em 1918. Cabe aqui citar que o primeiro Moinho Rio-Grandense, o de Rio Grande (construído em 1894), também era quase que totalmente desprovido de ornamentação em sua fachada e já apresentava algumas das soluções formais e construtivas que voltariam a aparecer no edifício de 1916, como grandes janelas de

arco abatido, fachada ritmada pelo jogo de cheios e vazios e estrutura mista de paredes de alvenaria de tijolos maciços reforçados por pilastras e estrutura metálica:

Diferente de outras grandes indústrias do final do século XIX e início do século XX construídas na cidade, como a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (1893), Cervejaria Bopp (1911) e A.J Renner (1922) que tiveram projetos assinados por arquitetos e engenheiros europeus radicados em Porto Alegre como os alemães Theodor Wiederspahn e Carl Hartmann, o Moinho Rio-Grandense teve seu projeto desenvolvido na Inglaterra (Miranda, 2003), tendo como responsável técnico o engenheiro Antônio Faria dos Santos. Talvez por conta desta vinculação com os técnicos estrangeiros, o projeto guarda algumas semelhanças tipológicas como alguns moinhos ingleses do século XIX, como o Swainson, Birley & Co Cotton Mill, em Preston, construído em 1835, ou o Murrays Mills, em Manchester, construído em 1804. Esta tipologia de grandes moinhos movidos a vapor de maneira geral é caracterizada por barras retangulares de 4 a 7 pavimentos, com linhas contínuas de grandes janelas que proporcionam boa iluminação e ventilação natural. O fechamento acontecia em paredes de alvenaria aparente ou rebocadas, podendo ser ou não reforçada por pilastras de alvenaria que sustentavam as linhas de vigas mais externas.

Tal tipologia, com algumas alterações e marcas características de estilos arquitetônicos locais, foi bastante empregada no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Hardman e Leonardi classificam este tipo de arquitetura, no contexto brasileiro, como “*Britânica Manchesteriana*” (1991, p.134). Este modelo contrapõe-se ao que os autores classificam como uma arquitetura industrial “*colonial brasileira*”, da qual faziam parte as “primeiras fábricas criadas no império”, de fachada “similar à de uma casa-grande de fazenda de açúcar ou café” (*idem*. p. 133), como nos casos da Fábrica São Luiz, em Itu (SP), de 1869, ou da antiga Fábrica São Bento em Jundiaí (SP), de 1874. No caso das fábricas *Manchesterianas*, seguia-se os mesmos princípios já citados das fábricas inglesas, com “fachada típica de tijolinhos vermelhos, estrutura sóbria e pesada, simetria de planos” (*idem*. p. 134). Pertencente a esta tipologia industrial no Brasil, destaco aqui o Moinho Fluminense, construído em 1887 no Rio de Janeiro e que foi o segundo moinho a vapor construído no país e o mais antigo ainda existente.

Todavia, Costa (2001) chama a atenção para que, embora o padrão Manchesteriano tenha se tornando, no final do século XIX, predominante em grandes centros industriais como os de São Paulo e Rio de Janeiro, o mesmo não ocorre no Rio Grande do Sul, que neste primeiro momento mantém sua vinculação com o estilo de indústria *colonial-brasileira* (sobretudo na Zona Sul do Estado), mas também acaba sofrendo influências da arquitetura industrial da Itália e, principalmente, da Alemanha por conta dos imigrantes que aqui chegaram no final do século. Hardman e Leonardi (1991) classificam esse estilo de arquitetura industrial como “*estilo alemão*”: uma variação do estilo Manchesteriano, caracterizada por “construções altas e compactas, dois andares e janelas pequenas, paredes brancas ou amarelas” (*idem*. p. 134). Essa arquitetura podia ser vista na Fábrica de Cerveja Raffaele Anselmi em Rio Grande, construída em 1913, e no Moinho Ítalo-Brasileiro, em Caxias do Sul, construído em 1905. As exceções a este modelo nas primeiras décadas de industrialização do Estado eram poucas.

Podemos perceber, assim, que embora certas soluções técnico-construtivas aparecessem esporadicamente em algumas indústrias gaúchas durante esse período inicial do processo de industrialização local (ou como via de regra em outros lugares do Brasil), o Moinho Rio-Grandense acaba destacando-se por reunir uma série de valores que irão primeiramente aparecer aqui no que diz respeito a escala, qualidade, grau de implementação e continuidade de processos. Tais condições foram fundamentais na consolidação deste como um dos principais moinhos de trigo do estado.

3- A arquitetura e os valores individuais do Moinho Rio-Grandense como Patrimônio Industrial do Rio Grande do Sul

Contextualizada a importância do Moinho Rio-Grandense no cenário no qual está inserido, é a hora de abordar seus valores individuais enquanto patrimônio industrial edificado. É importante frisar que muitos desses valores técnicos-construtivos vem associados a uma série de outros valores sociais, culturais e de paisagem que, em muitos casos são tão ou mais representativos que os valores arquitetônicos. Optamos, nesse artigo, por trabalhar

especificamente com valores arquitetônicos para fazer valer nosso lugar de fala, enquanto arquitetos, e por entender que tais valores são basais para o estabelecimento da identidade deste patrimônio.

O edifício principal fica localizado na esquina da rua Voluntários da Pátria com a Moura Azevedo e foi construído inicialmente com quatro pavimentos no corpo principal e cinco pavimentos, mais um frontão, na parte que abrigava os silos, totalizando aproximadamente 2200m² de área interna (1550m², se descontada a área dos silos). Essa setorização da fachada principal (da Voluntários da Pátria) não compromete a unidade do edifício que, mesmo integrando o armazenamento de grãos ao corpo principal, não perde o caráter de edifício único. A planta possui formato de “L”, com o prolongamento do volume dos silos. Estes eram feitos de madeira, numa espécie de torre interna apoiada sobre uma estrutura metálica, que ia do segundo ao quinto pavimento. Abaixo do armazenamento encontrava-se o setor de pré-lavagem. No projeto original, completam a divisão do espaço interno os setores de lavagem e moagem. O processo de produção era verticalizado, bastante moderno para a época, e utilizava elevadores de grãos para movimentar a carga do topo à base do edifício. Como afirma Miranda (2003, p. 87) “esse tipo de processo, com concepção em altura, possuía amplos espaços nos pavimentos para as grandes máquinas como peneiras e trituradores.” Junto ao edifício principal foram construídos também os anexos da rua Moura Azevedo, somando mais de 1300m², que abrigavam o setor administrativo e o depósito de farinha. A imagem abaixo representa uma reconstituição da planta baixa original do térreo (fig. 2).

Figura 2

Planta Baixa – Térreo Moinho Rio-Grandense



Fonte: Desenho do autor, 2021.

Devido ao caráter funcionalista da arquitetura industrial, compreender sua estrutura é também compreender sua “matéria” (BRANDI, 2019). No que se refere a tecnologia construtiva, o Moinho Rio-Grandense se destaca por utilizar um sistema que não foi muito comum no Rio Grande do Sul: a estrutura metálica. Originalmente foi utilizado um sistema de linha única de pilares metálicos, de secção circular e diâmetro de 27 centímetros, que serve de suporte a vigas de perfil “I”, com altura aproximada de 44 centímetros e largura de 15 centímetros e que se apoiam perimetralmente em uma alvenaria de tijolos reforçada por pilastras. Nas estruturas metálicas, tanto “aspecto” quanto “estrutura” (BRANDI, 2019) estão representados por um mesmo elemento que cumpre ambas as funções e que colabora para o estabelecimento da unidade potencial dos ambientes internos, reforçando o caráter industrial da edificação. A distribuição dos pilares varia conforme o setor do edifício: na área de moagem, os pilares são centralizados, alinhados à fachada principal, afastados 6,40 metros do eixo até a parede (no térreo) e 2,45 metros (medida entre eixos) entre si, somando um total de 7 pilares. Já no setor de lavagem, os pilares são distribuídos ortogonalmente à fachada, com o eixo deslocado mais para perto dos silos. A

menor medida entre o eixo e as paredes laterais é de 2,50 metros e a maior de aproximadamente 4,80 metros. Em relação as paredes ortogonais, o eixo do primeiro pilar está afastado 3 metros da parede da fachada principal e o eixo do último pilar está a 2,30 metros da parede dos fundos. Entre os pilares, o afastamento se mantém em 2,45 metros.

Nas paredes, a solução empregada difere-se em aspecto do padrão manchesteriano, ao utilizar reboco sobre a estrutura de tijolos maciços, tanto interna quanto externamente. Essas paredes possuem espessura variada e são reforçadas por pilastras nos pontos de contato com as vigas metálicas. Elas vão de 65 centímetros (75 centímetros nas pilastras) no térreo, diminuindo para 50 centímetros nos segundo e terceiro pavimento, até 30 centímetros no quarto pavimento (espessura essa que foi mantida na construção do quinto pavimento). Embora o reboco tenha sofrido com ação do tempo e por um acelerado processo de desmantelamento das estruturas internas, a estrutura da alvenaria de tijolos permanece em bom estado, assim como boa parte das estruturas metálicas. O mesmo não pode ser dito da estrutura do silo, que foi inteiramente desmontado e removido, e dos entrepisos. Estes últimos eram feitos de madeira, que segundo Miranda (2003, p. 99) “era comum o uso deste material para a secagem do trigo”. Hoje os pisos encontram-se quase que completamente deteriorados, tanto por ação deliberada dos proprietários, como por problemas de infiltração no telhado.

Embora o Moinho Rio-Grandense tenha sido construído inicialmente com quatro pavimentos no corpo principal, analisar sua forma sem considerar o quinto pavimento, construído nos anos 1950, seria ir de encontro a imagem consolidada do mesmo na paisagem da cidade. Conforme Brandi (2019) os acréscimos entre o tempo de criação e o tempo de reconhecimento da obra de arte fazem parte da mesma, mais ainda neste caso, pois a intervenção qualifica o moinho e define sua imagem no espaço urbano e na consciência das pessoas. Desconsiderar o quinto pavimento em uma análise arquitetônica é também negligenciar um elemento da “física de que a imagem precisa servir-se para atingir a consciência” (*idem*. p. 57).

As transformações do edifício ao longo dos anos foram marcadas por várias etapas, entre elas a construção de novos anexos adjacentes, armazéns próximos e transformações significativas na estrutura do edifício principal. Foi

possível verificar nos planos obtidos junto ao Arquivo Público Municipal um projeto de construção de um lanternim, de dimensões muito semelhantes ao que hoje existe no edifício, encaminhado à prefeitura em abril de 1936 (Processo Nº 7054/936). O responsável técnico por este projeto foi escritório de engenharia Azevedo Moura & Gertum. Esta era uma das principais firmas de construção da cidade na primeira metade do século XX, construindo edifícios icônicos do Centro, como o Edifício Vera Cruz (1939) e o Edifício SULACAP (1942). Seu sócio proprietário, Fernando de Azevedo Moura, foi professor titular da disciplina de Sistemas Estruturais no Instituto de Belas Artes e, posteriormente, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS de 1949 a 1960 (WEIMER, 2004).

O quinto pavimento, todavia, segundo os planos presentes no processo Nº 6644/50, só seria encaminhado à prefeitura em novembro de 1950. A SAMRIG, seguindo a tendência das primeiras ampliações feitas nos anos 1930, deixou o projeto a cargo de outro importante escritório de engenharia local: Ernesto Woebcke & Cia. Ltda. Segundo Weimer (2004, p.194), esta era “uma das empresas mais bem conceituadas no mercado imobiliário de Porto Alegre”. Em Porto Alegre foram responsáveis pela construção, em 1936, dos arrojados silos de concreto armado da Maltaria Navegantes e, em 1937, pelo projeto do icônico edifício da fábrica de chocolates Neugebauer. Nesse sentido, podemos perceber que a incorporação de um novo pavimento ao edifício original foi projetada e executada por técnicos bastante capazes e com experiência na área. O novo pavimento foi construído seguindo as linhas e as proporções originais do prédio, removendo o pequeno frontão da fachada da Moura Azevedo e utilizando a cimalha do coroamento do edifício original como uma espécie de elemento decorativo. O pavimento termina na linha dos vértices inferiores do frontão da Voluntários da Pátria, com o coroamento da parede feito por meio de uma cimalha semelhante à original.

Assim, o Moinho Rio-Grandense se consolida na paisagem do 4º Distrito como um grande bloco prismático de cinco pavimentos, numa época em quem menos de 1% das edificações urbanas de Porto Alegre tinham mais de quatro pavimentos, segundos dados apresentados por Pimentel (1945, p. 476). O quinto pavimento, além de uma atualização técnica que permitia maior produção, pode ser considerada uma atualização formal. Se os anos 1930 introduzem o

racionalismo clássico e derivações do *Art Déco* na arquitetura de Porto Alegre, o final dos anos 1940 e, sobretudo, os anos 1950 marcam o estabelecimento da Arquitetura Moderna no país. O prédio de quatro pavimentos, estrutura metálica, com dois frontões e elementos decorativos racionalizados que havia sido sinônimo de modernidade na década de 20 já não tinha o mesmo impacto na paisagem local, que contava já o moderno edifício da maltaria da Cervejaria Continental (1932-1936) e alguns outros projetos que, aos poucos, abandonavam o formalismo e o decorativismo que dominara a cidade nas décadas passadas. Assim, o quinto pavimento do moinho além de verticalizar a estrutura, reforça as linhas retas e a racionalidade das formas ao suprimir um dos frontões. A estrutura de paredes de alvenaria se mantém inalterada, mas há uma leve modificação no aspecto com a incorporação de um quinto pavimento que, na prática reforça a continuidade das linhas retas, da verticalidade e do ritmo dado pelas grandes janelas pivotantes de arco abatido de 1,00 x 2,10 metros. A fachada da Voluntários da Pátria mede aproximadamente 21 metros de altura até a platibanda e 24 metros até o topo do frontão, por 35,50 metros de comprimento. Está subdividida em 14 linhas de pilastras, com afastamento entre elas de aproximadamente 1,85 metros no setor de moagem, 2,00 metros no setor de pré-lavagem e 3,00 metros nos silos. O ritmo aqui é dado por 12 linhas verticais formadas pelas grandes janelas. No frontão, as duas linhas são acrescidas de uma pequena janela 1,00x1,60 metros cada. Nesta fachada são 12 janelas por andar, com a exceção do primeiro pavimento onde uma janela do setor dos silos dá lugar a uma porta de verga reta. A janela imediatamente ao lado desta porta também possui verga reta. Todas as janelas, com exceção das do quinto pavimento que estão postas sobre a antiga cimalha, possuem uma pingadeira.

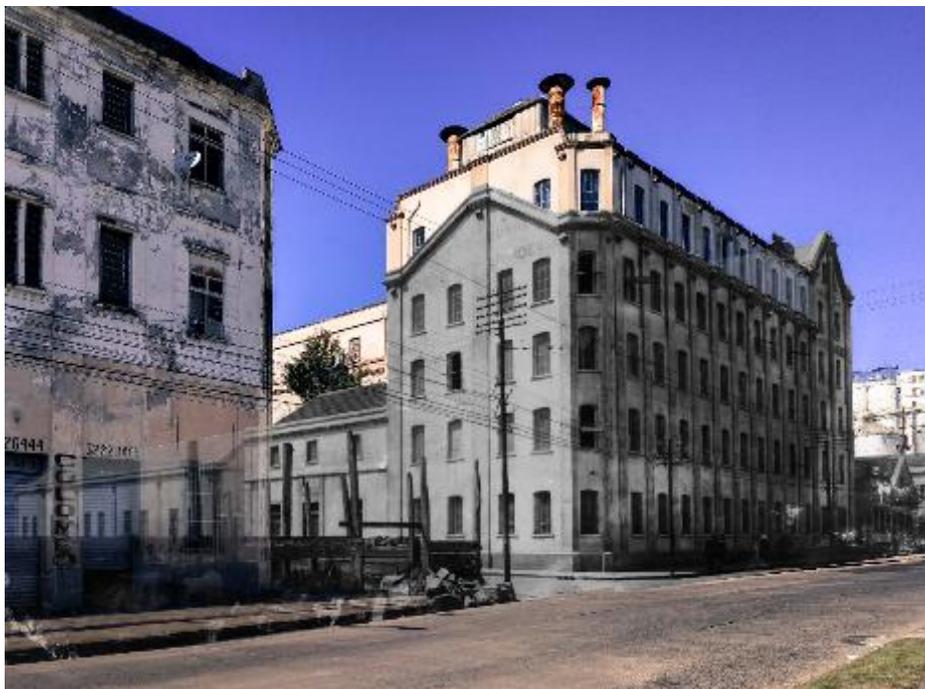
A esquina é chanfrada em 45°, conforme “imposição das posturas municipais” (WEIMER, 1998, p. 29), possuindo uma única linha de janelas que vai do primeiro ao quinto pavimento. A junção deste chanfro com as fachadas da Voluntários da Pátria e Moura Azevedo é feita por meio de pilastras. A fachada da rua Moura Azevedo, com o acréscimo do quinto pavimento, ganhou um coroamento de forma trapezoidal (reto no topo e chanfrado nas extremidades), medindo aproximadamente 22 metros de altura no ponto mais

alto. Seu comprimento é de 12,50 metros e possui pilastras nas extremidades e no centro. Aqui são 20 janelas, 4 por pavimento, e todas possuem pingadeiras.

Completa o aspecto da matéria do edifício o reboco sobre a alvenaria de tijolos, que recebe uma pintura que variou bastante durante os anos, mas que, no geral, era mais claro no corpo da edificação e mais escura em detalhes como na cimalha e nas pingadeiras. O edifício não possui uma base bem marcada, mas há um engrossamento do reboco no encontro com o piso (sóculo) que, assim como os demais detalhes, frequentemente recebia pintura de cor mais escura. Em ambas as fachadas quase não há elementos decorativos. A exceção são pequenos losangos, provavelmente feitos de tijolo rebocado, colocados logo abaixo das cimalthas do quarto e quinto pavimento em todas as pilastras. Também é possível notar a presença de uma espécie de capitel geometrizado, na mesma linha das cimalthas, fazendo o coroamento das pilastras.

Figura 3

Comparativo entre projeto original (1916) e Edifício Atual (2021)



Fonte: Montagem do autor, 2021

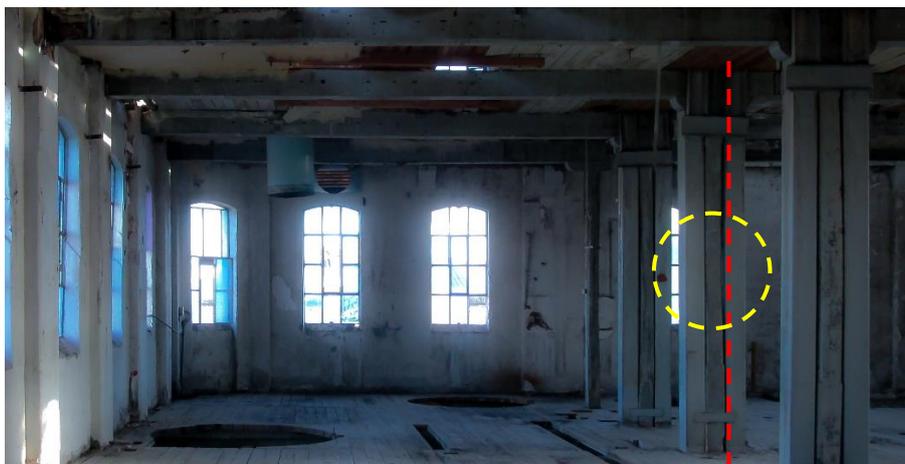
Completando a forma do edifício principal, foi construído junto à o quinto pavimento outro elemento bastante característico da arquitetura industrial: o

lanternim. Este trata-se de um pequeno telhado construído sobre a cumeeira do telhado principal, geralmente com aberturas laterais, que tem como principal função melhorar a ventilação e iluminação do edifício. No Rio-Grandense foi construído com em uma complexa estrutura de madeira, coberta por telhas de fibrocimento e possuindo uma passarela técnica interna feita de estrutura metálica. As laterais eram compostas quase que inteiramente por aberturas de ferro e vidro, com pequenas janelas basculantes em alguns pontos.

Embora a compreensão do estilo e da forma do Moinho por parte dos arquitetos que propuseram a intervenção dos anos 1950 estivesse de acordo com a matéria original, o mesmo não pode ser dito da qualidade das questões técnicas. As estruturas metálicas propostas por Woebcke e Cia para a ampliação do edifício foram de qualidade bastante inferior à daquelas importadas da Europa. No quarto e quinto pavimento, os robustos pilares cilíndricos dão lugar à perfis tubulares retangulares de secção bastante reduzida. Estes pilares apresentam leve deformação em alguns pontos e tiveram que ser reforçados em algum momento dos anos seguintes, como mostra a figura 4. Também na ampliação, as vigas metálicas de perfil “H” deram lugar a vigas de madeira maciça. Estas também receberam um reforço metálico no quinto pavimento, embora não se possa concluir se por erro no dimensionamento ou por degradação do material.

Figura 4

Interior do Moinho Rio-Grandense, 4º Pavimento – 2017



Detalhe para o último pilar, mais à esquerda, sem reforço. A linha vermelha tracejada no terceiro pilar demonstra uma leve deformação vertical na estrutura, indicativo de sobrecarga.

Fonte: Foto do Autor, 2017

Embora não tenha sido possível ter acesso ao projeto original, a análise feita por outros autores e as fotografias dos primeiros anos do Rio-Grandense nos mostram que, muito provavelmente, tanto o prédio do escritório (anexo ao moinho) quanto uma parte dos depósitos foram construídos juntos com o edifício principal, uma vez que seu aspecto é bastante semelhante. O escritório era um edifício de dois pavimentos, com uma porta e duas janelas no primeiro piso e três pequenas janelas no segundo, sendo todas as aberturas de verga reta. Apesar deste edifício seguir ao menos parcialmente a linguagem compositiva do Moinho, utilizando o mesmo tipo de cimalha e capitel geometrizado nas pilastras, há aqui um nível maior de decoração percebido pela moldura nas janelas do segundo piso. Originalmente havia uma separação entre este edifício e o depósito, onde havia um grande portão metálico.

Sobre os depósitos, também é bastante difícil traçar uma linha do tempo das alterações. Por fotografias, se sabe que originalmente era uma construção de um pavimento, com telhado em duas águas e oitão em alvenaria perpendicular à rua Mora Azevedo. Também se sabe que, ao menos nos primeiros anos, o prédio era menor e não ocupava toda a testada da quadra. A configuração deste espaço lembra muito as fábricas térreas que eram o padrão industrial da época. Em maio de 1948 um projeto para essa área é encaminhado a Prefeitura (Nº 14037/48), onde é proposta a construção de um almoxarifado para a sacaria. Embora seja difícil identificar precisamente onde este anexo foi construído, é possível perceber através da planta de situação o quão densamente ocupado era o quarteirão do moinho, já nessa época, e quais outros lotes próximos a SAMRIG possuía para expansão. Em 1949 e 1950 são encaminhados dois projetos a prefeitura para o lote na esquina da rua Moura Azevedo com a rua Conselheiro Camargo. O primeiro (Nº 34869/49) é de um telhado para um depósito de 12,00 x 6,00 metros, já o segundo (Nº 6644/50) é de um projeto para armazéns.

Devido a situação da pandemia, houve impossibilidade de se pesquisar por projetos feitos para área do moinho após os anos 1950, uma vez que o Arquivo Histórico Municipal se encontra fechado para pesquisas. Porém, em material presente no Acervo Centro de Memória Bunge consta que a partir de

1978, quando as instalações da empresa são arrendadas para a S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, a área industrial do moinho passa por diversas modificações, incluindo a reforma e modernização do setor de limpeza de trigo, no edifício principal, e a construção da fábrica de rações balanceadas para alimentação animal, em 1986. Fotos da época presentes no mesmo acervo demonstra que já nesta época, entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, tanto o moinho, quanto seus anexos já apresentavam configuração bastante semelhante a atual. Nesta época, o Moinho ainda possuía a porta de acesso na rua Voluntários da Pátria e contava com uma grande passarela metálica sobre a rua que conectava uma abertura no quinto pavimento no setor do silo aos armazéns, aos novos silos de metal e, posteriormente, ao cais. Esta passarela foi removida em 2010 e no lugar foi feita uma reconstituição da abertura original de arco abatido.

Em 2003 a produção de farinha é transferida para uma nova fábrica na região metropolitana de Porto Alegre, encerrado o ciclo produtivo do edifício. Em 2004 o prédio principal é listado como Imóvel de Estruturação no Inventário dos Bens Imóveis do 4º Distrito, elaborado pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (EPAHC) e aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), segundo os parâmetros estabelecidos pelo inciso I do parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar nº 434, de 1999, definido Edificação Inventariada de Estruturação como “aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza” (PORTO ALEGRE, 1999).

Entre 2003 e 2007, o maquinário é removido e o edifício passa por um acentuado processo de degradação, com falta de manutenção preventiva, abandono e vandalismo. Em 2007 a TMSA Engenharia adquire o Moinho e edificações anexas, passando a utilizar o local como depósito de maquinário industrial. A empresa inicia obras de reparação da cobertura, mas sem os critérios técnicos estabelecidos pela Carta de Nizhny Tagil (2003), Princípios de Dublin (2011) ou por qualquer teoria de restauro. É nesse período em que há modificação do aspecto do lanternim, com a substituição das aberturas pelos

fechamentos em telhas de fibrocimento, e o desmantelamento da estrutura dos silos e dos entrespisos de madeira.

3 Considerações Finais

Com mais de um século de história, o Moinho Rio-Grandense carrega consigo uma série de valores históricos, sociais e culturais que transparecem por meio de sua arquitetura e que por ela chegam até nós nos dias atuais. O edifício é representativo de uma linguagem arquitetônica tipicamente industrial, marcado fortemente por influências da arquitetura inglesa do período da Revolução Industrial e que foi construído em uma época onde o padrão que se estabelecia era bastante diferente, sobretudo no contexto da cidade de Porto Alegre, onde representa uma série de inovações técnicas que rompem com o padrão da arquitetura aqui praticada. Seus valores individuais, por si só, estão plenamente alinhados com os princípios da Carta de Nizhny Tagil (2003), sobretudo no que se refere ao pioneirismo e a raridade das soluções técnico-construtivas empregadas.

Embora estudos sobre a importância arquitetônica do edifício principal apareçam de forma esporádica no meio acadêmico desde meados dos anos 1990, o real valor de seu conjunto arquitetônico ainda parece inexplorado. A leitura de planos e projetos pelos quais o edifício principal e seus anexos passaram ao longo destes quase 105 anos nos ajuda a estabelecer sua trajetória arquitetônica, mas é necessária a ampliação do debate para áreas além da arquitetura para que se possa ter a real noção de sua importância para a cidade de Porto Alegre. Um mapeamento das áreas do entorno, bem como a conexão de pesquisadores que estudam outras importantes edificações do 4º Distrito nos dariam uma ideia mais abrangente de como sua forma se relaciona com o desenvolvimento social e arquitetônico do local ao longo dos anos. Mais do que um testemunho físico da história e da memória da Agroindústria gaúcha, o Moinho Rio-Grandense se constitui como um importante ativo cultural da cidade, com potencial de “auxiliar a alcançar metas de um desenvolvimento sustentável a nível local” (ICOMOS-TICCIH, 2011) por meio de sua preservação, segundo estabelecidos pelos Princípios de Dublin (*idem*).

Por fim, mesmo que tenha sido reconhecido legalmente como Patrimônio Edificado da cidade há mais de 10 anos, sua real importância para a história da arquitetura e da agroindústria do Rio Grande do Sul ainda parece ser negligenciada. Não há, nem da parte do poder público, nem da sociedade civil ações de valorização deste importante Patrimônio Industrial local e nem mesmo a proteção conferida pelo inventário impediu o desmantelamento de suas estruturas internas e perda quase completa dos patrimônios materiais e imateriais a ele associados, com seu maquinário, processos produtivos e histórias e saberes de seus trabalhadores. Assim sendo, este artigo espera contribuir para ampliação deste debate, buscando dar reconhecimento a esse importante Patrimônio Industrial antes que mais aspectos fundamentais de sua história centenária venham a desaparecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 4. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019
- BUNGE, Centro de Memória. Acervo Centro de Memória Bunge – Fundação Bunge, 2021.
- COSTA, Ana Elísia da. **A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul: de 1880 a 1950**. 2001. 191 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Propar), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, 2001.
- HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- ICOMOS, TICCIH. **Os Princípios de Dublin**. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.
- MIRANDA, Adriana Eckert. **A Evolução do Edifício Industrial em Porto Alegre: 1870 a 1950**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Propar), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Joinville, 2003.
- PORTO ALEGRE, Arquivo Público da Prefeitura Municipal de. **Processo Nº 11.177/930**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1929.
- _____ . **Processo Nº 14037/48**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1948.
- _____ . **Processo Nº 34869/49**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1949.

- _____ . **Processo Nº 6644/50**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1950.
- PORTO ALEGRE (Município). Lei Complementar nº 434, de 1999. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre, RS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: Agropecuária colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____ . **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945.
- _____ . **O Rio Grande do Sul e suas Riquezas**. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944;
- TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- WEIMER, Günter. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre: entre 1930 e 1945**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998.
- _____ . **Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul: 1892|1945**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2004.